



## **LEI COMPLEMENTAR Nº 122**

*de 29 de dezembro de 2008*

**Dispõe sobre a alteração da legislação tributária, e dá outras providências.**

*Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá aprovou, e Eu, Ruiter Cunha de Oliveira, Prefeito Municipal, sancionei e promulgo a presente Lei Complementar.*

### **Art. 1º..**

*Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e das Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis, o imóvel de Valor Venal de Construção (WC) seja igual ou inferior a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme Anexo I da Lei Complementar nº 100 de 22 de dezembro de 2006 - Código Tributário Municipal.*

#### **1º**

*Para fazer jus ao benefício do presente artigo, o proprietário deverá ter um único imóvel e destinar-se exclusiva ou predominantemente para sua residência, enquadrando-se a construção em padrões de acabamento do tipo precário, popular baixo, popular alto e padrão baixo.*

#### **2º**

*Em se tratando de dois imóveis, predial e residencial, construídos no mesmo terreno, a isenção versada no presente artigo, será concedida somente para o prédio principal, desde que a unidade secundária não ultrapasse 60 m2 de área construída.*

## **Art. 2º..**

*Fica também isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e das Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis o imóvel do contribuinte:*

### **I.**

*aposentado ou pensionista;*

### **II.**

*deficiente físico ou mental;*

### **III.**

*maior de 65 anos;*

### **IV.**

*portador de quaisquer das seguintes moléstias profissionais:*

#### **a).**

*tuberculose ativa;*

#### **b).** *esclerose múltipla;*

#### **c).**

*neoplasia maligna;*

#### **d).** *cegueira;*

#### **e).**

*hanseníase;*

#### **f).**

*paralisia irreversível e incapacitante;*

#### **g).**

*cardiopatia grave;*

#### **h).**

*doença de Parkinson ou de Alzheimer;*

**i).**

*espondiloartrose anquilosante;*

**j).**

*nefropatia grave;*

**k).**

*estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante);*

**l).**

*contaminação por radiação;*

**m).**

*síndrome de imunodeficiência adquirida;*

**n).**

*fibrose cística (mucoviscidose);*

**o).**

*acidente vascular e cerebral (AVC).*

**Parágrafo único .**

*As patologias de que se trata este artigo serão comprovadas por laudo da perícia médica da prefeitura municipal de Corumbá.*

**Art. 3º..**

*O contribuinte que se encontrar em uma ou mais das situações descritas no artigo 2º desta Lei, para fazer jus aos benefícios do artigo 1º, deverá, cumulativamente, comprovar o seguinte:*

**I.**

*Possuir renda mensal total de até 2 (dois) salários mínimos;*

## **II.**

*Ser titular de um único imóvel (uma única inscrição cadastral) utilizado para residência própria, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade imobiliária continue a ser utilizada como residência do cônjuge supérstite;*

## **III.**

*Ter o imóvel Valor Venal de Construção (WC) até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), conforme cadastro na Prefeitura Municipal de Corumbá;*

### **1º**

*A concessão do benefício previsto no caput dependerá de requerimento do interessado ou seu procurador devidamente constituído para este fim, que deverá ser instruído com prova de preenchimento das condições e requisitos.*

### **2º**

*O requerimento de isenção será livre de recolhimento de taxa ou custas, e deverá ser protocolizado no exercício anterior ao do lançamento, até o dia 31 (trinta e um) de outubro, sendo que se requerida fora do prazo será indeferida de plano, sem apreciação do mérito.*

### **3º**

*Débitos de exercícios anteriores poderão ser remitidos nas situações previstas no art. 783, I, "a" a "d" do Código Tributário Municipal.*

### **4º**

*O pedido de remissão deverá obedecer à data limite do §3º.*

## **Art. 4º..**

*Para efeitos de isenção, equipara-se às aquisições o compromisso de compra e venda devidamente registrado em que o compromissário entra, no ato do contrato, no uso e gozo do imóvel e a ele incumba o pagamento do imposto incidente sobre o imóvel transacionado.*

#### **Art. 5º..**

*Mediante decreto serão estabelecidos os documentos necessários para concessão do benefício a ex-integrante da FEB -Força Expedicionária Brasileira, bem como de sua viúva. Através de Lei específica individualizada, poderá ser estendido o benefício aos templos de qualquer culto, partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores e às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.*

#### **Parágrafo único .**

*Para usufruir o benefício, o ex-integrante da FEB - Força Expedicionária Brasileira ou sua viúva deverão atender o requisito do inciso II do artigo 3º desta Lei.*

#### **Art. 6º..**

*O requerimento de isenção deve ser renovado a cada novo exercício financeiro, sob pena de cobrança do imposto, sem prejuízo da aplicação de multas, atualização monetária e demais encargos decorrentes do atraso no pagamento.*

#### **Art. 7º..**

*A imunidade tributária ou a isenção poderão ser revogados a qualquer tempo, caso fique comprovado que o beneficiário deixou de atender aos requisitos legais ou regulamentares referentes à matéria, ou caso o beneficiário não atenda à convocação formulada pela Administração Tributária para comprovação de manutenção do benefício.*

#### **Art. 8º..**

*A imunidade ou a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e das Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis não exonera os beneficiários do cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação.*

#### **Art. 9º..**

*Cabe ao beneficiário informar à Administração Tributária que o benefício tornou-se indevido, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do momento em que as condições que justificaram a sua concessão deixarem de ser preenchidas.*

#### **Art. 10.**

*Em caso de constatação de má-fé ou qualquer outra irregularidade no processo de isenção ou imunidade, demonstradas de maneira irrefutável, fica reservado à Fazenda Pública Municipal o direito de cobrar integralmente o imposto objeto de isenção, com todos os encargos respectivos.*

#### **Art. 11.**

*Para os exercícios em que o contribuinte, conforme verificado pela Administração Tributária, não comprovar o cumprimento das exigências legais para a concessão do benefício, deverá ser efetuado o lançamento de ofício.*

#### **Art. 12.**

*O Poder Executivo poderá converter para VRM - Valor de Referência do Município o Valor Venal de Construção (WC) de que trata esta Lei.*

#### **Art. 13.**

*Os artigos 780 e 784 da Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 2006 (Código Tributário Municipal), passam a vigorar com as seguintes redações:*

**Art. 780.**

*Fórmula da composição da DAT - Dívida Ativa Tributária:*

$DAT = (PT + PPP + AD)$ $AD = (AM + MM + JM)$ $DAT = (PT + PPP + AM + MM + JM)$
---

<b>LEGENDA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
DAT	Dívida Ativa Tributária
PT	Pagamento de Tributo
PPP Pecuniária	Pagamento de Penalidade
AD	Adicionais
AM	Atualização Monetária
MM	Multa de Mora
JM	Juros de Mora

**Art. 784.**

$DNT = (OLNT + AD)$ $AD = (AM + MM + JM + DA)$ $DNT = (OLNT + AM + MM + JM + DA)$	
<b>LEGENDA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
DNT	Dívida Ativa Não-Tributária
OLNT	Obrigação Legal Não Tributária
AD	Adicionais sobre Obrigação Legal Não Tributária
AM	Atualização Monetária
MM	Multa de Mora
JM	Juros de Mora
DA	Demais Adicionais

**Art. 14.**

*Na hipótese de desapropriação amigável, não concordando o expropriado com a avaliação administrativa, o valor venal do imóvel passará a ser igual ao avaliado, ou ao valor requerido pelo proprietário caso superior àquele, servindo de base de calculo para futuros lançamentos.*

**Art. 15.**

*Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Lei Complementar Nº 122/2008 - 29 de dezembro de 2008*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*